

Ata da Reunião Extraordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal
Viseu Dão Lafões do dia dezassete de outubro de dois mil e catorze

---Aos dezassete dias do mês de outubro do ano de dois mil e catorze, na vila de Aguiar da Beira, no Salão Nobre da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

---1 - Apresentação e apreciação do documento "Estratégia Viseu Dão Lafões 2020" no âmbito da preparação do próximo período de programação comunitária 2014-2020, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

---2 - Análise, discussão e aprovação da proposta de renovação da deliberação de autorização de abertura de procedimentos concursais, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3, do artigo 46.º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, n.ºs 2 e 3, do artigo 66.º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro e nos n.ºs 2 e 3, do artigo 64.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro;-----

---Realizada a chamada às dezoito horas e trinta minutos, verificaram-se as faltas dos seguintes Deputados:-----

---José Gabriel Marques Pires;-----

---António Óscar de Almeida e Paiva;-----

---Sónia Marisa Oliveira Miguel Ferreira;-----

---Pedro António Figueiredo Moreira;-----

---António José Brito Correia;-----

---Manuel Monteiro Casais;-----

---Rui Manuel Rodrigues dos Santos Almeida;-----

---Fernando António Pereira de Figueiredo;-----

---Verificando-se a existência de "quórum", o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Acácio Pinto, declarou aberta a Assembleia.-----

---O Senhor Presidente da Mesa começou por usar da palavra e cuja intervenção se transcreve: "Iniciamos a nossa reunião dando-vos nota do modelo que vamos seguir nesta reunião.-----

---É uma reunião extraordinária e como tal é uma reunião que não tem Período de Antes da Ordem do Dia, sendo que ficou previamente acordado com o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, que ela ocorreria nos seguintes moldes: haverá uma intervenção inicial de meia hora por parte do coordenador técnico do plano estratégico; depois haverá um período para que os Senhores Deputados possam levantar as questões que entendam oportunas e no final, usando o mesmo tempo que os Senhores Deputados utilizarem, o Senhor Presidente da Comunidade ou quem ele entender fará considerações finais que entender.-----

---Sendo assim, eu começaria por dar a palavra ao Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, para ele poder fazer o enquadramento geral deste documento e também desta reunião.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: "Como foi referido pelo Senhor Presidente da Mesa, o Dr. Paulo Queiroz, enquanto responsável pela equipa técnica pela elaboração do documento em apreço irá fazer a sua apresentação, contudo permitam-me que vos diga muito simplesmente isto:-----

---Desde junho de dois mil e treze que estamos a fazer uma avaliação do nosso território e em função disso delineámos uma estratégia e um Plano de Ação para termos a melhor abordagem possível ao Portugal 2020.-----

---Este documento é um documento aberto até porque só a trinta de julho é que o Acordo de Parceria, entre o Governo de Portugal e a União Europeia foi fechado, sendo que os PO Regionais estão, neste momento, em negociações com Bruxelas, quer isto dizer que pode haver a necessidade de serem feitos alguns acertos aos documentos.-----

---Esta é uma Estratégia que foi feita com o contributo de todos, por isso, resta-me desejar um bom trabalho.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Dr. Paulo Queiroz que fez a sua exposição apoiado num powerpoint apresentou as principais linhas programáticas do Plano Estratégico, tendo começado por afirmar que os fundos estruturais são negociados pelo país com a Comissão Europeia e que visam canalizar esses fundos de uma forma otimizada para o nosso país.-----

---Assim, o Dr. Paulo Queiroz começou por realçar o envolvimento dos diversos intervenientes existentes no território na elaboração matricial destes documentos e deu como exemplo as entrevistas, os workshops e os inquéritos que foram realizados ao longo destes meses de trabalho.-----

---A apresentação prosseguiu com uma explicação, aturada, de todas as fases que constituem o trabalho explicando as várias etapas do mesmo e os outputs de cada uma delas, nomeadamente fazendo uma síntese da avaliação territorial no âmbito do crescimento inteligente, do crescimento sustentável e do crescimento inclusivo.-----

---Continuou a sua intervenção explicitando que a abordagem, a visão e a missão adotadas, em termos estratégicos para a CIM Viseu Dão Lafões, como um todo, tendo apresentado os domínios diferenciados, no que diz respeito à especialização inteligente, e os domínios estratégicos, quer em termos de dinamização quer quanto à sua prioridade.-----

— O Dr. Paulo Queiroz continuou a sua explicação apresentando as traves mestras do plano de ação e a correspondente estrutura arquitetónica idealizada para os diversos objetivos estratégicos, das linhas de ação e dos projetos âncora e complementares associados.-----

—Para concluir a sua intervenção, o Dr. Paulo Queiroz apresentou, também uma proposta de modelo de governança e de avaliação tendo referido que a visão, ora apresentada, tinha sido trabalhada com os atores locais, sendo que esta nos diz que para 2020, Viseu Dão Lafões deverá afirmar-se como um território que trabalhando em conjunto na base de um compromisso amplamente participado é capaz de combinar e relacionar, de forma inovadora, sustentável e inclusiva ofertas de excelência com base nas disponibilidades do tecido empresarial e pela afirmação do potencial do seu património natural, cultural e social proporcionando, desta forma novos modos de usufruir do território, baseados em elevados padrões de qualidade de vida e numa forte e harmoniosa integração urbana e rural. -----

—Colocou-se, de seguida, ao dispor da assembleia para os esclarecimentos adicionais que entendessem por convenientes. -----

—Foi dada a palavra ao Deputado António Amaro, cuja intervenção se transcreve: “Eu vou ser muito breve sobre este documento por duas razões: primeiro porque é um documento e parece paradoxal mas não é, é um documento muito vasto, são quase quinhentas páginas, mas abreviava quanto ao documento porque eu gostaria mais de assentar esta minha intervenção na parte final, no que tem a ver com a Governança. Eu acho que é o grande problema que nós, politicamente, somos Deputados e é nesse sentido que eu gostaria de falar.

—Quanto ao documento eu diria que me parece um documento intelectualmente muito sério, bem feito, ou seja, porque seguiu aquilo que era tecnicamente, a meu ver, correto, partindo de uma avaliação, de um diagnóstico do território, seguindo uma estratégia e depois um Plano de Ação e quer a Estratégia quer o Plano de Ação condicionados obviamente por aquilo que é o próprio Plano de Ação para a região Centro e não só com a região Centro mas com o que está subjacente para este Quadro Comunitário de apoio no que diz respeito aquilo que é eleito como financiável, ou seja, muito assente como já aqui foi dito, no imaterial. -----

—Eu diria que, para não perder muito tempo, são quase quinhentas páginas eu li quase por obrigação de profissão, gosto sempre de estar atualizado e parece-me um documento atualizado, com alguns conceitos, com alguns riscos mas eu não queria agora estar a falar sobre isso porque poderia desvirtuar aquilo que eu queria dizer, ou seja, às vezes há uma certa modernidade em determinados conceitos, como por exemplo “Crescimento Inteligente”, eu preferia o conceito de desenvolvimento que já era um crescimento inteligente, mas isso não é o que me interessa.-----

---Eu diria do ponto de vista de metodologia seguida e analisando isso do ponto de vista político eu fico descontente com a forma como chegámos aqui, porquê? Porque nomeadamente no que diz respeito à Estratégia eu penso que a Assembleia Intermunicipal poderia ter tido um papel mais ativo, inclusive, com algumas comissões que pudessem participar mais ativamente nisso mas não foi assim. Eu vou dizer aquilo que mais me preocupa com este documento é o seguinte: é o facto de ele ter ideias muito boas, no Plano de Ação ter levantado muitas questões e programas de financiamento que são, obviamente, muito importantes estrategicamente para a própria região mas o meu problema está na Governança.

---O que eu vou dizer não é culpa de ninguém a não ser a culpa do ponto de vista político.---

---As Comunidades Intermunicipais o facto de não terem a competência e legitimação política para coordenar este tipo de propostas, ficam com é evidente politicamente "atadas", desculpem o termo. Porque o que se vai seguir é e isto na melhor das hipóteses é que estas boas ideias podem ser aproveitadas por cada município e a pergunta que se irá fazer é: quem é que coordena isso politicamente?-----

---A CIM não pode, devia ser se politicamente tivesse competências e legitimidade para isso, mas como nós sabemos a CIM não pode interferir e não interfere naquilo que são as orientações e a forma como cada município vai concorrer a estas mesmas propostas.-----

---Este problema das competências, do ponto de vista político, o facto de as CIM não serem obviamente nada comparável com aquilo que é a região administrativa ou político-administrativa, está à partida limitada nas suas possibilidades de alguma vez coordenar isso. Mesmo que quisesse não poderia, pode aconselhar, pode dizer, poderá haver uma área ou outra em que isso é possível mas o grande problema está aqui.-----

---Há aqui um esforço neste documento, na Governança, mas desculpem que diga, é uma utopia, a CIM não tem essa capacidade e não o pode fazer.-----

---Já toda a gente viu onde quero chegar, ou seja, muitas destas questões só poderão alguma vez ser resolvidas se houver obviamente uma regionalização e se houverem regiões político-administrativas que tenham essa capacidade política e essa legitimidade para poder levar por diante estas iniciativas.-----

---Com isto não estou a acusar ninguém, com é evidente, porque a CIM vai fazer o que pode, o documento tem algumas pequenas lacunas mas isso não deslustra nada, é um documento bom e vão obviamente todas as Câmaras fazer o melhor possível."-----

---Foi dada a palavra ao Deputado João Cotta, cuja intervenção se transcreve: "Eu também vou encurtar a minha intervenção e já estive a trocar impressões com o Deputado António Amaro e temos perspetivas coincidentes.-----

---Penso também que o documento é intelectualmente sério, eu penso que o documento está conceptualmente bem elaborado. Tem algumas imprecisões, algumas estatísticas desatualizadas. Li os três documentos, não contei as páginas, mas li-os e achei-os com alguns graus de detalhe que não são comuns terem neste tipo de Planos. -----

---Aquilo que me parece ser o aspeto melhorado deste documento e eu vou um pouco atrás aquilo que o Deputado Rafael Amaro sugere a questão da governação eu dou um passo atrás em relação à avaliação e à monitorização que eu não estou a ver como pode ser feita. Porque a Visão, na minha opinião, é muito vaga. -----

---Na minha opinião deveria ser algo do género: em dois mil e vinte sermos a região do país com x ou y. Se eu perguntar aqui à sala quem se lembra o que é a Visão, ninguém a fixou. Portanto a Visão deveria ser algo partilhado por todos, explícita, clara, curta e assertiva. Segundo lugar não tem objetivos mensuráveis e a União Europeia na própria Zona Centro estabeleceu objetivos mensuráveis em termos de fixação de população, inovação, etc. -----

---E de facto este documento não tem objetivos mensuráveis e como é que se pode avaliar algo que não é medível, isto é, como é que promover a competitividade empresarial, como é que isso mede? -----

---Portanto eu penso que seria necessário haver quatro ou cinco objetivos macro, mensuráveis, que se podem basear na criação da riqueza, na fixação de população, natalidade, investigação aplicada, na coesão territorial, na produção cultural, na componente ambiental, no fundo estes objetivos seriam objetivos comuns e partilhados por todos e que anualmente seriam mensuráveis e tomaríamos as medidas para os corrigir. -----

---Não sabendo o que medir não podemos corrigir o desvio da rota, portanto não existem estratégias perfeitas, não existem estratégias imputáveis, portanto sem objetivos mensuráveis não podemos corrigir a estratégia. Portanto eu subscrevo aquilo que o Senhor Presidente da CIM referiu, que um dos valores precisamente desta CIM é a transparência e um dos fatores que reforçava a nossa posição enquanto autarcas desta região e nos responsabilizava de alguma forma era termos objetivos mensuráveis e dizer assim: em dois mil e vinte queremos isto e isto... E todos os anos monitorizávamos e estávamos vinculados a sete anos de objetivos. -----

---Mas também não deixo de aqui, e como referiu aqui o Senhor Deputado Rafael Amaro, de salientar que é um documento bem feito e honesto e é uma boa base de trabalho e que também quero felicitar a CIM por fazê-lo mas se conseguirmos ter aqui objetivos era relevante, porque senão navegamos um pouco à vista, na minha modesta opinião." -----

---Foi dada a palavra ao Deputado Fernando Cruz, cuja intervenção se transcreve: "Em primeiro lugar gostaria de sublinhar o excelente trabalho, que em tempo oportuno a CIM Viseu

Dão Lafões desenvolveu, apresentando hoje, em condições prioritárias para iniciar a fase de negociação (complexa) de um envelope financeiro para a região para o período de programação 2014-2020.-----

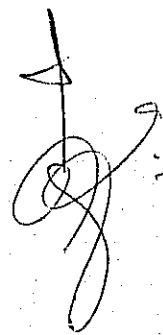
---Tratando-se de um documento “consolidado” e, que aquando da sua construção recolheu contributos diversificados dos diferentes atores regionais, gostaria de deixar a esta Assembleia, algumas reflexões num setor estratégico para a Região: a Agricultura e Setor Agroindustrial.-----

---Não obstante os progressos registados nos últimos anos nomeadamente pelo relevante contributo que o Setor proporcionou no Equilíbrio da Balança de Pagamentos e na criação líquida de novos postos de trabalho; aumento da produtividade nas grandes Explorações Agrícolas similar ao conjunto da Economia; indústrias Agroalimentares dinâmicas com elevada produtividade de trabalho e penetração nos Mercados Externos, ainda subsistem enormes desafios, que permitam (a esta Região) fortalecer o nível de atividade económica do setor e valorizar os fatores endógenos disponíveis.-----

---Para termos uma ideia do investimento realizado no último QCA III-PRODER foram canalizados no setor agrícola e rural 8,3 mil milhões de euros, estimando que no período em análise, Fundos atribuídos se situem na ordem dos 8 mil milhões. Importa pois, preparar a Região para este enorme desafio com o objetivo prioritário de proporcionar maior competitividade das explorações; renovação do tecido empresarial na agricultura; contrariar o “esvaziamento” e envelhecimento demográfico na agricultura e despovoamento rural e a baixa capacidade de Iniciativa, Empreendimento e Investimento Endógeno.-----

---Os principais fatores que condicionam estes desafios na Região podem ser qualificados, nos seguintes termos:-----

- Incipiente funcionamento das organizações de produtores (fragmentação e falta de concentração da produção);-----
- Reduzida formação empresarial e de gestão dos dirigentes associativos;-----
- Dificuldade de acesso aos Mercados e na Comercialização, traduzida em perdas elevadas da produção e na instabilidade dos preços;-----
- Persistentes burocracias no Apoio aos Investidores Jovens, designadamente pelos elevados tempos de resposta com Emissão de Pareceres – PDM e Licenciamentos de Atividade Agrícola;-----
- Fortes restrições administrativas à utilização e facilitação do fator “terra” para a produção
- Bolsa de Terras.-----



---É pois neste Quadro de constrangimentos estruturais que a Região deve traçar objetivos mais ambiciosos mas realistas que do nosso ponto de vista passam essencialmente:-----

---1. Aumentar o acesso de Jovens Agricultores com mais e melhor formação profissional para o setor;-----

---2. Incentivar o Associativismo Empresarial dos Jovens Agricultores por forma a obter uma maior concentração da oferta e proporcionar um melhor escoamento e valorização da produção para o Exterior;-----

---3. Elevar o nível de responsabilidades de gestão das organizações de produtores estabelecendo-se objetivos, ao nível dos apoios que lhes são alocados;-----

---4. Simplificação e agilização dos procedimentos administrativos com os investidores - Jovens Agricultores;-----

---5. Proporcionar uma maior articulação no acesso aos sistemas de desenvolvimento experimental e na transferência de conhecimentos e aplicação de soluções tecnológicas, orientadas para uma melhor eficiência, do ponto de vista, quer produtivo quer ambiental. -----

---Este é um desafio de todos, CIM, Empresários, Instituições de Ensino, Organizações de produtores que deve merecer todo o nosso empenho, criatividade, dedicação, com as expetativas de sentirmos que no final do período de Programação 2014-2020, um desafio superado, o que significaria termos uma Região económica e socialmente mais forte, competitiva e sustentável." -----

---Foi dada a palavra ao Deputado Carlos Cunha, cuja intervenção se transcreve: "A minha intervenção é muito simples e é muito curta. É no fundo um reparo de uma situação que ou foi uma lacuna ou foi um lapso e estou a falar no "Objetivo estratégico 10", onde diz "promover a coesão social e o desenvolvimento do Terceiro Setor".-----

---No Ponto 10.2 "Qualificar o social" e quando se elencam as parcerias diz assim: "União Distrital de Viseu das IPSS; Cáritas Diocesana; Rede Europeia Anti pobreza; Instituto Superior Politécnico de Viseu".-----

---E a minha pergunta é esta: E as misericórdias? -----

---Pela importância que têm em termos locais e regionais portanto ou houve aqui um lapso ou então acho que é importante, até por uma questão de coerência, porque se formos ver o Ponto 10.3 que é o seguinte que diz "Gerir Inovação", na parceria institucional aparece a União das Misericórdias, o que está correto, tudo bem.-----

---Em meu entender, pelo menos que o conselho distrital das misericórdias de Viseu deveria estar nesta situação, pelo papel que têm de proximidade relativamente às populações e se estamos a falar na situação do social, acho que é importante." -----

---Foi dada a palavra ao Deputado José Sobral Abrantes, cuja intervenção se transcreve: “Eu vou também fazer uma intervenção muito breve, referirei apenas quatro pontos.-----

Primeiro para vos congratular por este programa de ação e duas questões que eu deixarei no final sobre a programação que nos apresentam.-----

---Primeiro congratulo porque acho que é um setor muito relevante e que está no programa de ação que é a formação autárquica, que é formação do pessoal e dos quadros técnicos das câmaras municipais é de tal sua maneira relevante para uma boa prestação do serviço que aqui está claramente elencado, que é o Objetivo 11.4.-----

---Depois congratulo também com o Objetivo 7.1, embora aqui relativamente à âncora só refira unicamente a água, o fornecimento e o tratamento da água, mas depois na justificação são referenciados pontos que foram aqui identificados como haver graves carências nalguns concelhos específicos e concretamente foram identificadas carências e em especificamente no concelho de Mangualde, de onde faço parte, que é ao nível do saneamento básico em que é identificado como um dos poucos concelhos em que tem freguesias sem saneamento básico e ao nível das ETAR’S, é claro que o desenvolvimento sustentado da CIM pressupõe que todos os concelhos tenham nesta altura e nestes pontos o município de Mangualde está atrasado relativamente aos demais concelhos.-----

---É bom que a CIM identifique este problema para que também por parte do município de Mangualde, olhar com atenção estes casos concretos.-----

---Depois relativamente ao Objetivo 10.4 que é “Rejuvenescer pela Arte” congratulo também por ele. Não esquecermos os mais idosos e a promoção da integração e da participação através da arte dos mais idosos.-----

---Mas eu coloco aqui uma questão o promotor é a Universidade Sénior de Viseu, são identificados diversos parceiros e há um setor relevante com uma atividade muito forte e que tem dado grande desenvolvimento no concelho de Mangualde, que é a Universidade Sénior de Mangualde. Não está aqui como parceiro, não está aqui como promotor e eu gostaria de saber se há esquecimento, se há lapso, porque eu acho que é uma instituição importante nesta área e que devia estar envolvida assim como todas as associações e universidades seniores dos concelhos que constituem a CIM Viseu Dão Lafões.-----

---A questão que também vou colocar é relativamente ao Objetivo 5.2 “Rede Regional de Conetividade Rodoviária”. Está aqui elencado que é preciso investir em vias de comunicação que ligam diversos concelhos e há aqui especificamente identificado o IP3 e é óbvio que eu e todos concordamos com isto. O que eu estranho é que não aparece neste documento



nenhuma referência ao IC12, já fizemos diversas moções e é algo que os Deputados Municipais estão todos de acordo e está esquecido. -----

---É lapso? É que o IC12 cumpre todos os requisitos que estão aqui nestes objetivos, é uma rede relevante para diversos concelhos da CIM, une diversas regiões. É uma estrutura da sua maneira relevante para a ligação a Coimbra. E eu aqui gostaria que me explicassem porque não está aqui o IC12." -----

---Foi dada a palavra ao Deputado Carlos Amaral, cuja intervenção se transcreve: "Dirijo-me a esta Assembleia com um assunto concreto que são os jovens, e porque já muito foi dito sobre o documento e tal como é apanágio em mim, serei preciso e exato. -----

---Depois da leitura que fiz constatei falhas que penalizam os jovens, que a meu ver são extremamente importantes para o desenvolvimento da região e ainda para o melhoramento no que concerne à criação de oportunidades para os jovens. -----

---É com alguma preocupação que verifico que os jovens neste documento são quase que esquecidos ou pouco referenciados, pois no meu entender e mais do que nunca, deverá existir uma aposta forte e concreta nos jovens e em planos de ação e políticas direcionadas para os mesmos, caso assim não seja, a curto prazo teremos jovens desmotivados, como já é uma realidade no momento, e com falta de oportunidades para aqueles que ainda se mantêm no país e nesta região em concreto, tal como já referiram aqui também, não só mas também, por falta de apoios e políticas direcionadas para os mesmos! -----

---Preocuparmo-nos com os jovens será preocuparmo-nos com o futuro de uma região, com o futuro de um País! -----

---Disse!" -----

---Foi dada a palavra ao Deputado João Tiago, cuja intervenção se transcreve: "A minha intervenção vai no sentido de duas intervenções anteriores, nomeadamente a do Deputado Rafael Amaro e do Deputado João Cotta, porque realmente é-nos apresentado um documento intelectualmente sério, que do ponto de vista micro tem indicadores muito precisos, chega-se a dizer na ótica das empresas em alguns itens duas ou três empresas como objetivo alcançar, na melhoria dos resultados, na melhoria da introdução dos produtos. -----

---Chega-se a precisar o número de trabalhadores envolvidos nessas atividades e o que normalmente nos falta nestas instituições supramunicipais governamentais, que é ter uma visão ampla do conjunto, porque a visão ampla do conjunto que nos foi apresentada aqui foi a da apresentação e não do ponto de vista político e de indicadores que avaliem essa política. ---

---O que é que a região quer ser em dois mil e vinte? -----

---Comparativamente quem são os seus concorrentes? -----

---Perante os concorrentes atuais nomeadamente os regionais mais próximos, Coimbra e Aveiro, temos que nos posicionar como? Quantas pessoas queremos que existam mais ou no caso de nos sentirmos impotentes, porque é uma realidade que nos transcende e até à realidade nacional, quanto é que nós suportamos de perda em dois mil e vinte?-----

---Nas empresas que temos quanto vamos querer que incorporem produto local, ou seja, as nossas grandes exportadoras, quanto é que vamos conseguir que essa incorporação do produto seja feita com base na criação de uma rede de fornecimento local?-----

---Dentro desses setores chave que foram apontados quanto é que vamos reduzir nas importações extra região, criando produto local com a abrangência internacional e global?-----

---E isto é que faz a diferença em continuarmos a perder população ou manter população. Não me interessa ter só uma grande Visabeira, PSA, Martifer, Controlvet e depois não ter uma rede de fornecedores locais que criam emprego, que mantêm pessoas, que atraem jovens casais, que atraem emprego qualificado, porque isso depois repercute-se no resto da malha económica, peço desculpa por estar a falar tanto de economia, é o que sustenta toda a malha social. Não podemos ter um Terceiro Setor válido se não tivermos a criação de riqueza que por capilaridade que esses grandes grupos possam trazer.-----

---E isto é que eu acho que era fundamental estar neste documento.-----

---Neste documento devíamos dizer: queremos em dois mil e vinte ter mais vinte por cento de incorporação no produto local de empresas locais, queremos ter emprego qualificado, mais vinte, dez doutorados nas empresas locais exportadoras, independentemente da empresa que for, estes objetivos são objetivos decisivos, porque são os objetivos que fazem com que os investidores olhem para nós de uma forma séria ou igual aos outros.-----

---Estas boas intenções que aqui estão, que são excelentes e intelectualmente sérias, poderiam ser aplicadas no Nordeste transmontano, na Cova da Beira, na Serra da Estrela.-----

---Um investidor quando à nossa região, chegará por diversos motivos mas um dos motivos é que percebe que é uma zona de transição do Litoral sob povoado e do Interior despovoado, é uma zona de transição entre Norte e Centro não é por acaso que temos a A24 ao lado da N2 que era também uma estrada romana, há dois mil anos que passam por aqui pessoas que querem interagir entre o litoral e o interior da Península e para pensarmos na Península temos que ter objetivos peninsulares e um investidor só aceita se tiver metas tangíveis, avaliáveis e três ou quatro não oitenta, noventa, cem.-----

---Do ponto de vista micro não tenho a apontar, acho que vai além da excelência e quando vai além também acho que é mau. Sou auditor da qualidade e há uma coisa nas auditorias de qualidade que temos sempre que é quando se têm objetivos demasiado precisos e demasiado



enfocados criamos possibilidades de cometer erros muito grandes e por isso temos que ter grandes objetivos macro, que motivem a comunidade, porque nós somos uma comunidade não somos uma organização com meia dúzia de deputados que nos reunimos aqui para falar de questões etéreas.-----

---Um habitante de Aguiar da Beira ou de Santa Comba Dão quando olhar para esta Estratégia o que é que se vai sentir ligado a isso, se não houver um objetivo forte, poderoso e simples? É como na minha organização se eu chegar aos meus colaboradores e disser: vamos aumentar a faturação por este e este motivo.-----

---E se há quatro ou cinco produtos novos eles percebem, se eu começar a esmiuçar e colocar um enfoco absoluto nos objetivos micro é claro que aqui voltamos à intervenção do Deputado Rafael Amaro, vai esse objetivo perder intensidade porque não temos poder político, não temos coordenação política, porque para preconizar os objetivos que aqui referi era necessário existir autoridade política na saúde, no investimento em ciência e no investimento da economia e isso meus caros amigos só é possível com a regionalização.-----

---Porque só é possível contrapor um Estado Central e centralizador e obstaculizador do desenvolvimento com uma entidade que coordene. Assim, teremos que continuar a ser o que somos e o que nosso símbolo demonstra, um mosaico, um mosaico bem definido onde cada um está no seu canto e não algo que tenha uma política global, um degradê onde todos nós nos sentimos lá dentro.-----

---O que este Plano irá fazer é criar oportunidades para concretizar objetivos individuais e esquecendo-nos que os nossos adversários não são os municípios que aqui estão, são as regiões que estão lá fora, onde nós temos que ter fontes de atratividade que nos permitam ser competitivos, não é contra mas concorrencialmente com elas."-----

---Foi dada a palavra ao Deputado Vítor Fernandes, cuja intervenção se transcreve: "Eu também partilho com a maior parte do que aqui já foi transmitido, portanto também acho o documento de uma forma global bastante positivo ainda que em situações pontuais, nos aspetos mais de pormenor eu também veja algumas debilidades, designadamente na definição da Missão, dos objetivos, já foi dito e não vou repetir.-----

---Eu ainda assim acrescento um pormenor sobre o termo "2020", e confesso, que não gosto muito, porque leva a nossa mente para dois mil e vinte e andamos aqui a pensar tanto em dois mil e vinte e se calhar esquecemo-nos que dois mil e catorze já passou e depois vem dois mil e quinze...-----

---Portanto neste momento estamos a atravessar um período de reorganização dos serviços públicos, toda a gente aqui presente penso que concordará efetivamente com essa necessidade de reorganização. -----

---Recentemente foi até publicada uma Estratégia sobre essa reorganização e aponta para que isso seja “comandado” pelas CIM’S, onde a CIM Viseu Dão Lafões está logo na primeira carruagem, como sendo a “experiência piloto”. Ora isto é muito importante e penso que se enquadra neste documento que estamos aqui a apresentar, designadamente no capítulo “Crescimento Inclusivo”. -----

---O desafio que eu aqui deixei a quem está mais na gestão, direção e elaboração deste documento, se nós, normalmente, estamos aqui a discutir o documento, se não podemos começar a pensar e até poderia ser um bom exercício para aplicação do mesmo, uma fórmula para essa reorganização ao nível da CIM. -----

---Também já foi dito aqui que a CIM em si tem as suas fragilidades políticas, porque não tem grande poder definido na legislação, ainda assim, eu sou positivo e creio que é sempre possível através da sensibilização, de consenso chegar a certos acordos com os diversos presidentes de câmara. -----

---Eu penso que a CIM deve estar presente, deve traçar os eixos importantes nesta temática, claro que tudo tem as suas limitações mas há aspetos que podem muito bem ser encarados, porque este projeto de reorganização de serviços públicos tem várias vertentes e se tem algumas que têm muito a ver com as especificidades de cada concelho e designadamente com as capacidades e com aquilo que eles têm para oferecer, também há outras que designadamente em termos de transporte e há outras vertentes que eu acho que podem pensar em conjunto. -----

---Portanto era este o desafio que eu gostava de deixar para todos pensarmos um pouco e portanto dar contributos para avançarmos, porque só pensar no Documento Estratégico 2020, se calhar esquecemo-nos de facto e quando para o ano este assunto já estiver resolvido em termos dos municípios e nós poderíamos ter algo a fazer e deixámos passar.” -----

---Foi dada a palavra ao Deputado António Dinis, cuja intervenção se transcreve: “Efetivamente apesar de não ter conseguido ver a apresentação que foi feita deste documento, li-o não com a profundidade que gostaria e ainda não consegui fazer uma redação de um conjunto de considerações que vão de encontro a alguns detalhes e pormenores que devem ser retificados e em particular nas realidades que conheço, no meu caso em Tondela, situações que devem ser retificadas, umas pequenas gafes, são pouco significantes mas acho que devem ficar retificadas e estou convencido que por aquilo que li que é um documento de

trabalho não é um documento fechado e portanto significa que poderá levar algumas "achegas". -----

---Depois eu gostaria de focar aqui um aspeto que me parece muito relevante e que tem a ver com o Diagnóstico. Há aqui um conjunto de iniciativas em que inclusive a CIM foi entidade dinamizadora e que levou para a frente e que aqui parecem um pouco escondidas, nomeadamente o caso da Ecopista do Dão. Há aqui alguns investimentos anteriores estratégicos que no passado todos partilhámos, de alguma forma contribuímos e depois aqui no Diagnóstico fica esquecido. -----

---Há aqui um conjunto de eventos, nomeadamente, Caramulo MotorFestival, que do ponto de vista daquilo que é um projeto âncora importante, em Viseu há vários, os Jardins Efémeros, há aqui um conjunto de eventos que do ponto de vista cultural, de diferenciação do território, que é disto que estamos a falar em concreto, quando falamos em competitividade e nisto estou de acordo com o que foi genericamente dito. -----

---Este relatório aplicava-se aqui mas também se podia aplicar em qualquer outro sítio, porque são linhas gerais, filosofia do ponto de vista estratégico comum a praticamente todos os territórios e portanto não acrescenta muito do ponto de vista de diferenciação e de criar competitividade para a nossa região e isso é uma lacuna. -----

---Depois há um outro aspeto que eu também gostaria de enfatizar, que tem a ver com o facto de serem tantos objetivos estratégicos, estou de acordo com o Dr. João Cotta, é que depois não há métrica mas também são tantos objetivos estratégicos que depois não focamos em nada e este é um problema do ponto de vista daquilo que é o documento académico bem estruturado é evidente e do ponto de vista do pensamento, tanto mais que se nota aqui que há uma transposição de algumas ideias e filosofias que estão subjacentes a todo o programa do Horizonte 2020 e portanto percebe-se que há aqui um trabalho responsável e sério mas depois voltamos à mesma conversa, a utilidade disto. -----

---Eu ainda hoje estive num centro tecnológico em que conversava com o diretor que me dizia relativamente ao Relatório PORTER, que foi feito em noventa e quatro acerca das áreas competitivas para o país e curiosamente das seis que ele apontou são as áreas que nós estamos, hoje, a dar cartas, é engraçado não é? -----

---Significa que da indústria toda portuguesa escolheu só seis, não trinta ou quarenta, focou naqueles seis e curiosamente alguns dizia ele que: "Estava aqui um Ministro no final da década de oitenta, que dizia o setor do calçado, isso é para acabar!" E depois dizia ele que o PORTER veio justificar as opções estratégicas e hoje vinte anos depois olha-se para aquilo que eles definiram para o calçado e é exatamente o que está a acontecer. -----

---É importante que não desprezem catorze, vinte objetivos para depois não nos diferenciarmos em nada e não sermos bons realmente em nada.-----

---Portanto essa é a grande lacuna deste trabalho e eu penso que com o compromisso de cada um de nós contribuir para a melhoria deste documento mas no conto geral acho que teremos que rever a sua aplicabilidade e tenho algumas reservas face aquilo que já foi também exposto aqui.”-----

---Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, cuja intervenção se transcreve “Colocadas as questões e as considerações que entenderam por oportunas vamos agora então à fase final deste debate sobre este documento.-----

---Entendendo eu, que trinta minutos serão suficientes para serem utilizados pelo Senhor Presidente da CIM, pelo Concelho Intermunicipal ou pelo Dr. Paulo Queiroz.-----

---Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: “Para dar nota, a estratégia e a abordagem, como foi dito pelo Dr. Paulo Queiroz, e bem, é totalmente diferente do que até aqui vinha sendo feito, um modelo mais individualista, digamos assim, feito por cada um dos municípios. Hoje temos uma abordagem em rede, dentro da nossa Comunidade Intermunicipal, daí a importância de falar em Governança e a importância da Comunidade Intermunicipal.-----

---O Senhor Deputado António Amaro e o Senhor Deputado João Cotta também falaram do problema de nos situarmos enquanto Comunidade, como temos feito em diversos projetos, como sejam, a Rede Regional de Empreendedorismo, a Modernização Administrativa, em que a própria Agência de Modernização Administrativa estava admirada como é que nós já estávamos num patamar tão elevado, quando eles ainda estão a tentar implementar projetos de *software livre*, *hardware*, capacitação dos funcionários. Tudo ações que nós já desenvolvemos á diversos anos.-----

---Deixem-me que vos diga, também, que esta Comunidade será ser um grande interlocutor no que diz respeito aos serviços descentralizados que aí vêm.-----

---Permitam-me que enumere, muito rapidamente, cinco objetivos macro:-----

---Situarmo-nos como líderes na inovação e no empreendedorismo;-----

---Representar vinte por cento do PIB nacional aproximando a participação da Região Centro na economia do país e o seu peso proporcional;-----

---Diminuir em dez por cento as assimetrias territoriais reduzindo as disparidades no desenvolvimento económico;-----

---Ter quarenta por cento da população jovem, 30-34 anos, com formação superior valorizando as ofertas formativas de qualidade e reforçando as condições de acesso ao ensino superior promovendo em toda a região;-----

---Apresentar uma taxa de desemprego inferior a setenta por cento da média nacional.-----

---Obviamente que se formos líderes na inovação e empreendedorismo, se aumentarmos a nossa riqueza, diminuirmos as assimetrias, termos os jovens a trabalhar com formação superior e apresentar uma taxa baixa de desemprego, temos aqui um conjunto de resultados para o qual contribuimos para a Região Centro e obviamente para a riqueza de Portugal.-----

---O Senhor Deputado Fernando Cruz fala-nos da economia na agricultura e no agro-florestal, sendo que não nos podemos esquecer da nossa base rural, mais do que nunca, contudo não são só os municípios mas também a própria CIM que em rede valoriza os eventos ligados aos nossos produtos endógenos, os vinhos, os fumeiros, etc.-----

---Estamos a tentar fazer um programa de excelência e em rede para promover este setor. Mas também nesta estratégia a agricultura, o agroflorestal e a agroindústria têm um papel preponderante.-----

---O Senhor Deputado Carlos Cunha falou aqui na inclusão social e nesta falha da União das Misericórdias aparecer ou não como parceiro estratégico mas deixe-me que lhe diga que também não podemos incluir todos os parceiros mas é um parceiro estratégico nesta matéria.

---O Senhor Deputado Sobral Abrantes, falou aqui na formação autárquica e nós já demos o exemplo e mantemo-lo, ainda hoje um jornal regional dava ênfase ao facto de a Comunidade estar a ministrar formação para atendimento ao público em linguagem gestual.-----

---Formações tivemos e temos muitas, desenvolvemos um projeto de modernização administrativa nos últimos dois, três anos de elevado valor e de reconhecido mérito nos municípios, que vai dar os seus resultados na desmaterialização e reengenharia dos processos nos serviços online disponíveis, trabalhando em rede dentro da própria Comunidade.-----

---Questionou aqui e bem, algumas questões específicas nos recursos naturais de problemas que vamos tendo, também, na nossa região mas também no nosso desenvolvimento sustentado.-----

---Falou também da rede de conectividade e o problema que temos da nossa conectividade, da nossa mobilidade intermunicipal e falou essencialmente numa coisa que nos é cara, que é a ligação do IP3 que todos queremos que seja feita para Coimbra e dizia que esta estratégia era omissa no IC12.-----

— Não. Deixe-me que lhe diga que não, porque sabe que esse assunto está a ser tratado num outro patamar, no patamar governamental, dentro do estudo que existe dos Investimentos de Elevado Valor Acrescentado.-----

— Este conjunto de valores, que tratam especificamente estas matérias: a rodovia, a ferrovia, portuária e aéreo e nós aqui, também, nos posicionámos na defesa da ligação a Sul Viseu-Coimbra e onde este grupo de trabalho, que deu o parecer para o Governo, define que o IC12 é uma variante ao IP3 e está tratado como tal.-----

— Mas não “cabe” na cabeça de nenhum Deputado, até pela solidariedade territorial, que todo aquele corredor, que é um corredor exportador, desde Santa Comba Dão até à Guarda, que não seja pelo menos requalificado e acabado.-----

— Senhor Deputado Carlos Amaral, a juventude.-----


— Obviamente que não são esquecidos e já dei aqui dois exemplos, Rede Regional de Empreendedorismo, direcionada para os jovens, um trabalho magnífico que esta Comunidade tem feito junto da comunidade escolar e que agora, também digo aqui em primeira mão, ou melhor em segunda porque disse-lo no último Conselho Intermunicipal, se até agora tínhamos o segundo e terceiro ciclo e o ensino secundário, vamos alarga-lo ao primeiro ciclo. Existe esta capacidade e esta motivação para isso.-----

— Senhor Deputado João Tiago, já falei aqui de indicadores, de empreendedorismo, e o Senhor centrou um pouco a sua intervenção quanto a isso. Sabe que os nossos concorrentes também são fortes, ou melhor, querem também o melhor para os seus territórios, portanto, nós temos é que fazer o nosso trabalho e conseguir os nossos resultados.-----

— Por último, o Senhor Deputado Vítor Fernandes, o que quis aqui transmitir sobre a reorganização de serviços públicos dá-me a oportunidade de afirmar que a nossa Comunidade Intermunicipal, tal como mais três em Portugal, foi escolhida para um projeto-piloto na área da modernização administrativa, o Programa Aproximar e o que se pretende é reorganizar os serviços que temos materialmente nos nossos municípios, não deixar que nenhum feche, isso é muito importante, reorganiza-los, isto é, os serviços da administração central serão concentrados numa loja do cidadão.-----

— Isto, obviamente, irá permitir a reorganização de serviços mas também a garantia de que eles não fecham, e que eventualmente outros serviços possam vir para os municípios.-----

— A CIM terá um papel preponderante numa outra componente do programa que é um programa de mobilidade territorial, o “Transporte Porta-a-porta” que permite, nestes territórios de baixa densidade aproximar os cidadãos mais isolados.-----



---Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José António de Jesus, cuja intervenção se transcreve: "Senhor Presidente, serei muito breve mas penso que há uma questão transversal política que hoje todos devemos refletir sobre ela. Não vamos a nenhuma questão em particular, como o Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal já o referiu. Mas eu penso objetivamente que o problema não é uma questão de governança é um problema de perceção política do que vamos ter pela frente até dois mil e vinte. -----

---A minha preocupação não é a governança nos poderes intermédios, entre a administração central e a regional ou a local, a grande preocupação é saber se a nossa Comunidade, esta Assembleia tem presente qual vai ser o modelo de governança na contratualização do que vai estar por detrás. Verdadeiramente o que está em causa não é um problema de disputa de poderes, o que está em causa é saber se o modelo que vamos ter de desenvolver e desenhar é um modelo que terá que ser contratualizado na base de um concurso regional onde as CIM'S vão estar a competir.-----

---Esta é a questão fundamental. E portanto ao contrário do modelo de dois mil e sete a dois mil e treze, onde a bandeira foram os setenta e sete milhões contratualizados e depois repartidos nas gavetas que estavam previstas. -----

---Neste momento, não é isso que irá acontecer e portanto aquilo que é fundamental é nos percebermos que vamos que ter uma Estratégia do ponto de vista regional muito diferente daquela que tínhamos até agora. -----

---Desde logo, porque haverá uma alteração substancial nas prioridades ditas negativas e nas positivas, isto implicará uma alteração também naquilo que é a matriz identitária dos catorze municípios. Em segundo lugar, porque a Estratégia que se construa não vai estar focalizada exclusivamente ao PO Regional e portanto sobre algumas observações, compreensíveis, de que estariam aqui um conjunto elevado de objetivos e de uma visão muito lacta, ela neste momento tem que estar configurada nestes termos na medida em que tanto terá a própria Estratégia Territorial integrar e se posicionar para ir ao PO Regional como poderá ter que ir a outros Programas Operacionais e neste momento tem que ter esta elasticidade suficiente para ter esta acomodação.-----

---Isto parece-me importante que tenhamos essa perceção e dizer que o nosso problema não é um problema de governança, neste sentido se enquanto região não formos capazes de perceber de que vai haver áreas vitais para uns territórios e outros não podem ir naquela área aquela estratégia e é por isso que pela primeira vez a questão da Estratégia da especialização inteligente, o RIS3 está presente nesta Estratégia já depois do processo se ter iniciado foi uma conquista feita já no pós setembro de dois mil e treze, precisamente para valorizar algo que é

muito importante para a nossa região, é que a Estratégia da especialização inteligente passa por valorizar os recursos locais no incremento de respostas no território e quando se diz que um projeto será igual aqui ou na CIM Coimbra ou na CIM Beiras, não é possível, porque a Estratégia de especialização tem a ver com os recursos locais e com a potenciação se possa fazer. -----

—Eu só queria fazer esta observação muito lacta, transversal mas que me parece ser importante para todos percebermos o grande desafio que será o mantermos ou não uma coesão negociada mas uma coesão política no espaço da Comunidade Intermunicipal. Se não o conseguirmos fazer naturalmente que teremos um problema muito grave em termos de poder negocial e de espaço político para na competição com outras CIM'S conseguirmos vencer o nosso objetivo.” -----

---Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Acácio Pinto, que considerando as diversas intervenções deu o presente ponto da ordem de trabalhos por encerrado.-----

—Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** “Análise, discussão e aprovação da proposta de renovação da deliberação de autorização de abertura de procedimentos concursais, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3, do artigo 46.º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, n.ºs 2 e 3, do artigo 66.º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro e nos n.ºs 2 e 3, do artigo 64.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro”. -----

—Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “Muito boa noite a todos, na pessoa do Senhor Presidente da Mesa eu cumprimento toda a Assembleia. -----

---Já não é novidade, aqui na Assembleia Intermunicipal, uma vez que nós trouxemos cá uma deliberação similar, na última reunião da Assembleia Intermunicipal, e que se prende com a abertura do procedimento concursal público para recrutamento de postos de trabalho, conforme mapa de pessoal aprovado em sede do Conselho Intermunicipal e em sede da Assembleia Intermunicipal.-----

---A Lei determina que se o processo não estiver encerrado no prazo de seis meses, após essa concessão de autorização para abertura do procedimento é necessário, novamente, o Conselho Intermunicipal reiterar essa prorrogação de prazo do procedimento concursal e posterior confirmação por parte da Assembleia Intermunicipal.-----

---Foi exatamente isso que fizemos na última Assembleia Intermunicipal e que agora temos necessidade de fazer, novamente, porque o trabalho administrativo e burocrático de um procedimento concursal deste tipo e o elevado número de candidatos, não tem sido possível, num curto espaço de tempo, e encerrar esse procedimento.-----

—Em face da ausência de mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Dr. Acácio Pinto, colocou os mesmos a votação, tendo sido aprovados por maioria com uma abstenção. -----

—Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

—Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às vinte e duas horas, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário da mesma. -----

